

FAJE – FACULDADE JESUÍTA DE FILOSOFIA E TEOLOGIA

ÁTILA ALVES FILHO

O CONCEITO DE UTILIDADE NO UTILITARISMO DE JOHN STUART MILL

BELO HORIZONTE – MG

2021

Átila Alves Filho

**O CONCEITO DE UTILIDADE NO UTILITARISMO DE JOHN
STUART MILL**

Monografia apresentada ao Departamento de Filosofia da Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia, como requisito parcial à obtenção do título de Graduado ou Licenciado em Filosofia.

Área de Concentração: Ética

Orientador: Bruno Pettersen

Belo Horizonte
FAJE – Faculdade de Filosofia e Teologia
2021

INTRODUÇÃO

John Stuart Mill, nasceu em Londres no ano de 1806, foi um economista e filósofo de grande influência no século XIX. Seu interesse por filosofia estendeu-se aos campos da ética, filosofia política e lógica. Os escritos que concentram os esforços do autor em expressar seu pensamento, *On Liberty* e *Utilitarianism*, projetou o autor como um dos grandes nomes da ética utilitarista depois de Jeremy Bentham (1748 – 1832). John Stuart Mill foi filho de James Mill (1773 – 1836), que assinara seu nome na história como filósofo e historiador. Mill herdou de seu pai a influência do pensamento da escola utilitarista e flertou com o liberalismo logo nos primeiros anos de sua formação. Nas obras que serão analisadas de nosso autor é possível perceber a influência de seu pai e amigos próximos de sua família, como Jeremy Bentham e David Ricardo (1772 – 1823). Bentham, filósofo e iluminista, escrevera sobre um sistema de filosofia moral almejando o pragmatismo ético subjacente às relações humanas; a motivação humana; e a relação da utilidade com o prazer e o não-prazer. Foram autores como estes que antecederam o campo filosófico e as escolas de economia contemporâneas à Mill, influenciando o nosso autor, e todo o período da escola neoclássica de econômica.

UTILITARISMO EM JOHN STUART MILL

O intelectual e economista Emery K. Hunt, na sua obra *História do pensamento econômico: Uma perspectiva crítica*, abre seu capítulo sobre o utilitarismo de John Stuart Mill, dizendo:

“Mill declarou-se discípulo de Bentham e Ricardo, mas suas obras tinham, quase sempre, uma característica distintiva: ele tentou ser correto e justo na apresentação de qualquer doutrina e, por isso, apresentou modificações, extensões e muitas explicações para quase todos os princípios propostos” (HUNT, 2012, p. 272)

Este trecho escrito por Hunt é de boas proporções e admirável concepção da reflexão milliana. Partiremos da obra de Emery K. Hunt para analisarmos o utilitarismo de Mill. Ao longo deste projeto analisaremos com cautela as influências de Bentham e outros expoentes da frente utilitarista pela Europa nas obras de nosso autor. Por hora, é adequado dizer que veremos como as influências da escola utilitarista marcaram o pensamento milliano profundamente, apesar da singular distância entre o utilitarismo de Mill e os fundamentos do utilitarismo recorrente nas escolas utilitaristas contemporâneas a ele. Portanto, apesar de Bentham e John Stuart Mill se expressarem incisivamente sobre o utilitarismo, suas divergências não são sutis e suas teorias devem ser analisadas individualmente a fim de evitar equívocos.

Com isso em mente, Emery K. Hunt nos lança o dever de nos questionarmos sobre a possibilidade de defender John Stuart Mill como um autor utilitarista se usarmos a definição de Bentham sobre o utilitarismo:

“Os dois axiomas básicos do utilitarismo, de Bentham, são: (1) todos os motivos podem ser reduzidos à busca do prazer, baseada no interesse próprio e (2) cada pessoa é o único juiz de seus próprios prazeres e, por isso, é impossível fazer comparações de prazer entre as pessoas. O segundo axioma foi expresso na afirmação de Bentham de que, se a quantidade de prazer fosse a mesma, apertar parafusos seria tão bom quanto fazer poesia. O utilitarismo de Bentham não permite comparações negativas de tipos de prazer qualitativamente diferentes.” (HUNT, 2012, p. 273)

O primeiro momento, que marca a novidade no pensamento de John Stuart Mill acerca do utilitarismo, está na sua defesa de que nem todas as ações dos agentes são motivadas pelos próprios interesses destes, embora seja possível experienciar situações em que alguns dos agentes ajam motivados pelo próprio interesse em suas interações econômicas com os demais agentes. Quando adentrarmos no debate sobre o conceito de utilidade em Mill veremos como essa possibilidade da ação, pelo interesse próprio, está intrinsecamente ligada à estrutura de

constante competição e desconfiança. É um reflexo de uma educação dada aos agentes, “cuja as personalidades fossem moldadas por uma cultura capitalista concorrencial” (HUNT, 2012, p. 273). Portanto, uma ação que exprimisse interesse próprio, no momento de troca com o outro, pouco tem a nos dizer sobre as intenções do agente, mas sim sobre como a estrutura em que vive o desenvolveu para estar em constante estado de possível necessidade da ação egoísta. O que subtraímos dessa afirmação é que a educação recebida pelo indivíduo e a estrutura em que este se encontra pode moldá-lo em sua conduta ética, política e econômica. Em um segundo instante, John Stuart Mill defenderá uma estrutura de juízo-valor entre os prazeres, como veremos em sua obra *Utilitarianism*. A teoria ética do utilitarismo milliano nos garante a possibilidade de atribuímos valor aos diferentes prazeres, ou seja, torna-se uma exigência da razão pensarmos em categorias de utilidade que tenham princípios superiores e sejam melhor fundamentadas. Mill não se contentou com o que a tradição levava até ele. Especialmente ao perceber a fragilidade de uma teoria onde o utilitarismo torna-se uma guerra abstrata entre prazer e não-prazer.

Se Mill estiver correto e houver princípios mais elevado do que a mera ânsia pelo prazer e o medo da dor, como disseram utilitaristas posteriores a nosso autor, não deve nos soar estranho que estes princípios sejam a fonte das atribuições do que consideramos ético. Neste momento, esta questão ressurge na história do utilitarismo e se estabelece de forma singular à medida em que percebemos o distanciamento de John Stuart Mill da tradição utilitarista. Para analisarmos se é consistente o pensamento de que há princípios mais elevados que o impulso egoísta, teremos que, dialogar Mill com alguns pensadores influentes do utilitarismo, e analisar as contradições e intercessões entre estes.

“Se me perguntarem o que entendo pela diferença qualitativa de prazeres, ou por aquilo que torna um prazer mais valioso do que outro, simplesmente enquanto prazer e não por ser maior em quantidade, só há uma resposta possível. De dois prazeres, se houver um ao qual todos ou quase todos aqueles que tiveram a experiência de ambos derem uma preferência decidida, independentemente de sentirem qualquer obrigação moral para o preferir, então será esse o prazer mais desejável. Se um dos dois for colocado, por aqueles que estão competentemente familiarizados com ambos, tão acima do outro que eles o preferem mesmo sabendo que é acompanhado de um maior descontentamento, e se não abdicariam dele por qualquer quantidade do outro prazer acessível à natureza, então teremos razão para atribuir ao deleite preferido uma superioridade em qualidade que ultrapassa de tal modo a quantidade que esta se torna por comparação, pouco importante.” (MILL, 2005, p. 50)

O economista Hunt estabelece que o pensamento utilitarista de John Stuart Mill é forjado sobre estes pilares. Distinguindo categoricamente os prazeres e desejo por uma

possibilidade de felicidade geral. Começamos a perceber como a postura de Mill não se inclinara em defesa do egoísmo como motivo da ação, enquanto elabora melhor o papel dos agentes em seu meio social e como estes podem promover a felicidade geral. Uma das passagens de Hunt sintetiza a compreensão de Mill sobre as relações dos prazeres e como são distintas ao dizer: “independentemente da quantidade de prazer envolvida, a poesia pode ser considerada mais desejável e mais valiosa do que apertar parafusos”. (HUNT, 2012, p. 273)

Analisaremos o quão distinto é a teoria moral milliana de teorias utilitaristas como a de Bastiat (1801 – 1850) e Bentham. De antemão, devemos nos perguntar se: um utilitarismo, cujo prazer não mais é o critério de caráter deontológico normativo, permanece sendo uma teoria utilitarista? Ora, nos parece pouco viável pensarmos Mill como um utilitarista quando o prazer é deslocado do *fim* dos agentes morais e torna-se categoria que se expressa na ação. Digo, se há uma instância primeira de pensamento que aplica juízo de valor sobre qual prazer devemos valorizar com maior intencionalidade, o desejo pelo prazer não mais é o fundamento de todas as ações morais. Portanto, ainda que digamos que o pensamento utilitarista, de fato, influenciou os escritos de John Stuart Mill e, este por sua vez, afirma-se como um pensador utilitarista, não podemos nos desviar de todas estas distinções fundamentais para compreender seus escritos. Com tudo, seria ainda possível defender John Stuart Mill como um utilitarista convicto?

Mill ainda recebe destaque no campo das discussões econômicas enquanto um economista de transição. Sendo um autor estava informado e atento às tensões políticas e econômicas de sua época na intenção de dar voz ao seu tempo, elaborando tratados e manuscritos no intuito de posicionar-se diante destas mudanças históricas. Assim como em seu pensamento moral, John Stuart Mill rompe e se distancia de seus influenciadores ao pensar a estrutura econômica. Como Hunt aponta em sua obra, John Stuart Mill condenava a estrutura de classes que fora vigente em seu período. Nosso autor desaprovava moralmente que uma concentração exacerbada de propriedade e recursos permanecessem nas mãos de uma pequena classe capitalista criticando a relação luxuosa e parasitária desta classe. Cujos ganhos econômicos não são grandezas proporcionais as suas atividades produtivas. Hunt retoma um trecho da obra de John Stuart Mill, *Principles of Political Economy* (1848) para explicitar tal posição:

Não reconheço como justo ou saudável um estado da sociedade em que exista uma “classe” que não trabalhe, formada por seres humanos isentos de fazer sua parte no trabalho necessário para a vida humana – exceto os incapazes para o trabalho ou que tenham adquirido o direito justo ao descanso –, depois

de terem trabalhado muito. Porém, enquanto houver o mal social de uma classe que não trabalha, os trabalhadores também constituirão uma classe. (MILL, *Principles*, p. 752 -753)

Esta é uma nitidamente objeção moral de John Stuart Mill à estrutura de classes de seu período, estruturada e ordenada pelo capitalismo. Ainda que John Stuart Mill não se estabeleça como um pensador com intenções de romper com a economia de mercado, neste momento sua crítica estende-se a estrutura desigual que se mostra nos extremos – extrema riqueza e extrema pobreza – que existira em sua época. Essa interpretação de Mill, como veremos no segundo capítulo, é importante para que ele possa elaborar sua teoria moral e defender a liberdade para que os agentes possam agir com individualidade. Também será de suma importância ao criticar a noção de que ações egoístas são inerentes ao humano. Ainda que não seja de nossa intenção averiguar todas as extensões do posicionamento político-econômico de John Stuart Mill, não podemos negar a notória crítica à moral da sociedade capitalista de seu período, dando-nos a abertura para admissão de que sociedades que desenvolvem seus indivíduos a relacionar-se com genuinidade com o outro estabelecem condições de serem moralmente adequadas, em oposição às sociedades capitalistas, que estipulam a competição e a eterna vigília como uma experiência atemporal. A medida em que se estabelece sua crítica à moral capitalista, devemos reconhecer que não passaria de uma mera inferência questionável dos leitores de entender John Stuart Mill como um pensador de tendências socialistas. Porém, resgatemos um trecho de seu texto em que este explicita que apesar de sua objeção à moral que fora estabelecida pelo espírito capitalista de seu período, para Mill a luta por riquezas ainda era uma via possível em que os agentes pudessem se ordenar:

“Deixar as energias da humanidade continuarem sendo empregadas na luta por riquezas... até as melhores cabeças conseguirem educar as outras para fazerem coisas melhores, é, sem dúvida alguma, melhor do que deixar as energias da humanidade enferrujarem e estagnarem. Enquanto as mentes são rudes, precisam de estímulos rudes e é bom que os tenham. Enquanto isso, os que não aceitam o atual estágio bastante inicial do progresso humano como sua forma final podem ser desculpados por ficarem relativamente indiferentes diante do tipo de progresso econômico que merece os elogios dos políticos comuns; o mero aumento da produção e a acumulação.” (MILL, *Principles*, p. 749)

Suas críticas e atribuições aos sistemas econômicos são carregadas de seu pensamento moral e juízos de valor. Veremos que toda essa estrutura de análise do utilitarismo, que nos espanta com a riqueza de influências e oposições, percebida nos escritos de Mill estão relacionadas com o contexto vivido por nosso autor. Por hora, o utilitarismo de Mill só é

possibilitado através de uma investigação da razão sobre a relação entre a quantidade e qualidade do prazer produzido na maior quantidade de agentes possíveis.

A HISTÓRIA DA UTILIDADE E A PERCEPÇÃO DE JOHN STUART MILL

O problema que se apresenta diante de nós – e o que motiva este escrito – é o notório distanciamento teórico de John Stuart Mill da escola utilitarista em diversos momentos. Retomamos os escritos de Emery K. Hunt em *História do Pensamento Econômico*, para melhor compreender o conceito *utilidade* e seu percurso pela filosofia que antecede as concepções millianas. A noção de concorrência é relembada por vezes quando pensamos o contrato social, isso ocorre por estarmos imersos no modo de produção capitalista, há séculos, nos condicionando a interpretar a estrutura capitalista como inerente à condição humana e atemporal. O processo de especialização do trabalho e isolamento dos produtores vivenciados no século XVI e XVII fez com que os indivíduos passassem a se perceber como uma força única de produção, uma unidade dissociada dos demais sem comprometimento com o corpo socioeconômico de seu meio. Essa “especialização econômica”, como diz Emery K. Hunt, possibilitou a criação de um mercado onde há uma relação de total dependência do funcionamento e êxito de um mercado, onde a relação entre individual e social tornara-se estreita e inalienável. Aqueles que foram condicionados à constante produção precisavam comercializar seus produtos em troca de moedas para sustentar-se e garantirem a compra de novos recursos para repetir o processo de produção, criando uma dependência de uma estrutura que o condicionava e o alienava. Em uma estrutura onde o capitalismo torna-se natural e atemporal, o sistema de mercado eleva-se a status de um bem social universal onde nenhum indivíduo, ou sociedades, transita fora do mercado. Por conseguinte, os indivíduos sentiam uma perceptível insatisfação com suas condições, pois, estavam isolados dos seus demais, solitários, alienados de suas potências enquanto garantiam a produção. Uma das nefastas consequências deste processo foi a instauração da constante desconfiança dos demais indivíduos. Nesse cenário, o outro torna-se uma ameaça dotada de exacerbado egoísmo e um concorrente natural. Não é coincidência que neste período as relações capitalistas sobrepuseram as relações humanas, um movimento que foi justificado com o argumento de que a motivação humana parte de um desejo egoísta. No mesmo período temos autores contratualistas que, por vezes, imersos em um contexto onde o outro é percebido como concorrente natural, escreveram sobre como o “estado natural” seria suscetível a uma onda de intermináveis confrontos, solidão e brutalidade.

A ideia de uma constante competitividade entre os indivíduos provocou viradas na filosofia e na economia neoclássica. É observando esse cenário que pensadores começaram a elaborar defesas, na qual, a mais íntima motivação humana seria a tentativa de se precaver das mazelas causadas pela competitividade desejando obter o prazer e evitar a dor. É neste contexto

que podemos observar o surgimento do utilitarismo que, posteriormente, seria elaborado e categorizado por Jeremy Bentham. O jovem Bentham dedicou-se a observar as relações humanas na busca de um denominador comum para toda motivação humana, levando-o à defesa de que o princípio único da motivação era o desejo de maximizar a utilidade. Portanto, todas as motivações, por mais elaboradas que soassem, é a manifestação do princípio da utilidade na tentativa de obter prazer e evitar a dor. Para Emery K. Hunt, o nosso autor compreendeu essa percepção como o ponto de partida na tentativa de elaborar uma ciência sobre a felicidade humana. Nesse momento Bentham teria elaborado o pilar filosófico dos pensadores da economia neoclássica e, mais tarde, tornou-se notório defensor da crença em que o livre-mercado seria, socialmente, a melhor experiência possível.

Frédéric Bastiat, um dos expoentes da frente liberal francesa elaborou escritos sobre a estrutura capitalista e o papel da ação humana nesta estrutura. Bastiat afirmava que uma relação utilitarista só seria possível através de um processo de unanimidade, onde a troca voluntária entre dois agentes seria um dos poucos momentos em que duas pessoas estariam em unanimidade no percurso da interação. Bastiat elaborou suas proposições em um contexto de economia neoclássica utilitarista onde todas as interações políticas e sociais são reduzidas ao ato da troca voluntária. É seguro dizer que seus escritos também fundamentaram a utilidade como ato de troca, cuja troca é inerente à estrutura social. Sua concepção de utilidade não se distanciava muito de Bentham em vários aspectos, mas é importante salientar sua interpretação do *serviço* e a relação do esforço com a falta do prazer. Um de seus pontos está situado em sua argumentação sobre como a natureza nos fornecia certa utilidade, já que a água é essencial para os seres e é encontrada em abundância na natureza, em paralelo com a utilidade fornecida pelos diamantes que, por mais que estivessem na natureza, exigia demasiado esforço e não-prazer. O nome atribuído por ele a essa utilidade é *utilidade onerosa*, um advento onde a utilidade só é obtida por meio do esforço humano, ou como chamará, *serviço*. O esforço enquanto um caminho para a utilidade foi uma afirmação que ecoou em seu período e foi a base da argumentação em que, o *serviço* humano enquanto uma dor suportável para que alcançassem a produção, que em Bastiat, é a utilidade última do esforço humano. O problema em sua tese jaz na falta de categorização clara das estruturas de trabalho. Bastiat propôs que ambos os capitalistas e os trabalhadores estavam envolvidos na cadeia de serviços e, por essa razão, suportavam a dor de maneira semelhante mesmo estando em classes opostas. O ponto onde Bastiat não consegue elaborar uma boa defesa de seu argumento consiste no fato em que, os trabalhadores, suportavam a dor por meio do esforço enquanto produziam bens que movimentava a sociedade e o mercado, enquanto, os capitalistas, esboçavam esforços apenas

para garantir suas posições e remunerações exorbitantes, gerando um evidente distanciamento de experiências entre os agentes impossibilitando que estes tivessem em igualdade de esforços e não-prazer. Faltava em Bastiat uma teoria que evidenciasse o papel da utilidade na determinação do valor dos serviços e, conseqüentemente, o valor dos produtos. Mais tarde, Bastiat, veio em defesa da propriedade privada e, como Bentham, engajou nas discussões liberais e defendeu o livre-mercado como experiência benéfica a todos.

A utilidade, até esse momento, fora debatida por uma série de autores e escolas da economia, um percurso que possibilitou que seus problemas chegassem à Mill e o provocasse. Na tentativa de responder os problemas que a tradição deixou na história, Mill acabou se defrontando com a resistência de utilitaristas clássicos, já que as posições de nosso autor contrariavam a tradição e o expunha como um possível anti-utilitarista, como veremos posteriormente. É em John Stuart Mill que vemos a intenção de relacionar o posicionamento utilitarista com a teoria do valor-trabalho. Ao falar sobre Mill, Emery K. Hunt, deixa explícito como *On Liberty* foi uma obra em que Mill afirmou sua teoria sobre a liberdade, a ação individual e a utilidade. É nessa obra que Mill argumentará, em sua filosofia moral e política, sobre a importância da liberdade do indivíduo para agir em seu meio e se estabelecer como um ser social, na qual a individualidade é uma emergência da *natureza humana*. É provável que o primeiro embate de John Stuart Mill com a tradição está localizado na sua aversão à ideia de que o utilitarismo sofra uma redução em sua complexidade e passe a ser interpretado como simples relação entre prazer e dor. É bem verdade que, a partir disso, Mill distancia cada vez mais suas posições em comparação a tradição utilitarista. Chegando a afirmar a importância do desenvolvimento do agente, este que uma vez desenvolvido, passará a identificar o bem-estar do indivíduo com uma complexidade e admiração, o que para Hunt, evidencia ainda mais o distanciamento de Mill da concepção de felicidade estabelecida por Bentham. Dirá Hunt, que nesse momento o nosso autor declarava-se utilitarista, ao passo em que a tradição da escola utilitarista neoclássica, começava a questionar sobre o utilitarismo de Mill e os destinos de seus escritos. Uma outra teoria milliana que deve ser salientada dada à magnitude de seu impacto na história da utilidade, é a individualidade. Pois, a individualidade do agente é um meio muito eficaz para reparar as inconsistências presentes nos princípios clássicos da utilidade, como vimos em Bentham e Bastiat. A aposta ousada de Mill gerou controversas ainda em seu tempo, e até mesmo entre seus intérpretes, ao indagarem sobre a falta de uma teoria que deixasse claro em Mill qual a definição de uma *educação* que desenvolvesse o agente ético a ponto de se desamarrar das estruturas de mercado e alienação relatada no início do capítulo.

Não é claro em nosso autor como seria possível um processo de desenvolvimento do agente e como garantir que esse desenvolvimento ecoaria nas gerações futuras, garantindo a constante liberdade do indivíduo e um fluxo menos turbulento para as relações de troca. Outros leitores de Mill também reconhecem a importância de *On Liberty* como um tratado que apresenta e norteia o posicionamento moral de nosso autor que, por vezes, fora amplamente criticado pelas suas bases liberais que possui. Essa é uma afirmação difícil de se sustentar, como mostra Emery K. Hunt, uma vez que Mill beira o anti-utilitarismo em algumas de suas proposições, nos colocando o desafio de interpretar suas aparentes contradições e fazer jus às suas intenções. Entende-se que o motivo de nosso autor tratar da individualidade ao falar sobre liberdade é, reconhecer a individualidade como o primeiro motor da ação humana. É na individualidade que podemos verificar a espontaneidade do agente, suas possíveis intenções nas suas relações de troca com o outro, alinhamentos e almejos; onde a individualidade toma um papel inédito no pensamento utilitarista sobre a ação humana e, também, torna-se o horizonte onde é possível interpretar de forma mais genuína o outro agente. Mill sintetiza sua defesa da liberdade reconhecendo que liberdade para agir é necessário para o desenvolvimento da individualidade do agente; e que a individualidade deve ser considerada um bem em si cujo valor é inestimável e sem a obrigatoriedade de prová-la. Ainda que Emery K. Hunt defenda Mill como um anti-utilitarista, ele reconhece em Mill o legado da tradição utilitarista ao tentar localizar um denominador comum na ação humana, semelhante ao que Bastiat e Bentham fizeram outrora. Hunt salienta a passagem em que é possível visualizar a influência da tradição em Mill, quando afirma sobre a relação dos agentes com o fundamento da utilidade: “Considero a utilidade (...) em seu sentido amplo, a saber, a utilidade fundamentada no interesse permanente do homem como um ser progressivo” (MILL, *On Liberty*. p. 14). Mill é um defensor da liberdade de expressão afirmando o papel da utilidade de orientar a ação do agente enquanto este almeja o progresso. Aqui, novamente, o nosso autor é exposto às críticas e questionamentos sobre o seu *real* utilitarismo. Um utilitarismo que reconhece o anseio por progresso dos agentes; afirma a complexidade do pensamento utilitarista e que se desloca da interpretação de utilidade como uma simples relação entre maior quantidade de prazer e menor quantidade de dor possível. Não nos parece possível alegar ingenuidade à Mill. Ele demonstrava estar muito ciente dos possíveis desconfortos que poderia ser causado aos leitores quando se deparassem com seus temas e como foram postulados.

Ao adentrarmos em outra influente obra de Mill, *Utilitarianism*, veremos a seguinte exposição feita pelo autor:

“O princípio da utilidade não significa que um certo prazer, tal como o da música, ou determinada ausência de dor, como, por exemplo, a saúde, devam ser considerados como meios para alcançar algo coletivo denominado felicidade, e ser desejados por essa razão. São desejados e desejáveis neles e por si mesmos; além de meios, são também uma parte do fim. De acordo com a doutrina utilitarista, a virtude não é naturalmente e originalmente parte do fim, mas pode vir a sê-lo; entre os que amam de modo desinteressado isso acontece, e é desejada e acalentada por eles, não como um meio para a felicidade, mas como parte de sua felicidade.” (Mill, *Utilitarianism* p. 82-83)

Um dos pontos construídos aqui é que o prazer e a ausência de dor podem sim serem os pilares da virtude humana, porém, somente os agentes que foram desenvolvidos poderão perceber as relações entre esses pilares será capaz de compreender a virtude como norteadora do prazer. Ancorando nas discussões geradas pelos intérpretes de John Stuart Mill muitos afirmaram que o princípio da utilidade não seria um princípio moral. Este seria apenas um axioma que especifica a felicidade como um bem intrínseco e que a utilidade, mesmo não tendo uma influência direta sobre as ações dos agentes, pode fornecer posições razoáveis para os agentes ao se depararem com dilemas éticos. Demonstrando que uma ação não é decidida de forma solitária e só está de acordo quando estão sustentadas num contexto, uma defesa semelhante à de Bastiat ao falar sobre a necessidade da unanimidade nas relações de troca. O princípio de liberdade agiria como filtro de nossas ações.

Ao falar sobre utilitarismo, Mill elabora proposições que demonstram o porquê de ter distinguido os prazeres, rompendo com os postulados de seus antecessores. Enquanto Bentham não atribuía diferença qualitativa entre os prazeres, como vimos anteriormente, Mill afirmará o oposto: a diferença entre prazeres elevados e prazeres efêmeros. Aqui, novamente, Mill está distante da tradição utilitarista e o ponto a ser defendido por Mill; é que os humanos são capazes de valorizar os prazeres intelectuais, os prazeres da sensibilidade e a junção de imaginação com os sentimentos morais. Isso porque os seres humanos possuem faculdades elevadas e necessidades mais elaboradas do que apetite animal, pois, temos o recurso da consciência e a possibilidade de criação de memória enquanto sociedade. A nossa inteligência em sintonia com as nossas necessidades mais elaboradas que irão categorizar como feliz somente algo que nos satisfaça genuinamente. Portanto, aqueles agentes em que os prazeres são limitados às suas necessidades físicas podem se estabelecerem como agentes mais satisfeitos do que os agentes que almejam os prazeres elevados, entretanto, esses agentes não serão dotados de felicidade. Contrariando Bentham e a postura hedonista, John Stuart Mill acreditava ser possível que os prazeres inferiores produzam muita satisfação, mas nunca felicidade. A felicidade seria alcançada somente pelo acesso aos prazeres elaborados; pelas experiências acessadas enquanto almeja os

prazeres intelectuais. De tal modo, só seriam felizes aqueles que fizeram a experiência do prazer intelectual, superando os prazeres físicos e realizando-se em sua individualidade. Essa distinção sobre a *natureza humana* gerou, mais uma vez, uma ruptura entre John Stuart Mill e a escola utilitarista, reforçando sua objeção à postura hedonista sobre os prazeres e reconhece que as necessidades da razão são mais almejavéis que as necessidades físicas.

“É oportuno declarar que renuncio a qualquer vantagem que se pudesse obter da idéia de direito abstrato como independente da utilidade. Considero a utilidade como a solução última de todas as questões éticas, devendo-se emprega-la, porém, em seu sentido amplo, a saber, a utilidade fundamentada nos interesses permanentes do homem como um ser de progresso.” (MILL, *On Liberty*. p.14)

O ponto é que John Stuart Mill não defendia a tese de que todos os atos fossem motivados somente por impulso egoísta; um interesse próprio. As suas afirmações sobre esse tema giram em torno de sua percepção sobre o contexto de seu período. Ora, Mill tinha o conhecimento de que enquanto a maioria dos agentes fossem moldados dentro de uma estrutura concorrencial, impregnada pelos sentimentos de desconfiança do outro como vimos na abertura do capítulo, esses agentes tenderiam a agir de forma defensiva na tentativa de se precaver do outro. Esse movimento faria com que as ações dos agentes fossem, em um primeiro momento, percebidas como egoísta mesmo que a razão final da ação jaz na estrutura que o condena agir de forma desconfiada e não porque o egoísmo seria um sentimento inerente à condição humana.

CONCLUSÃO

As implicações das obras millianas ainda ecoam em nosso tempo e ainda hoje as estudamos quando pensamos na ética, na liberdade e no mercado. Como vimos, uma das preocupações de John Stuart Mill era a liberdade humana; tema que o levou a pensar a utilidade; que por conseguinte, o prazer; a natureza humana e suas faculdades; e a motivação da ação. Poderíamos por vezes não deixar levar pelo questionamento que por mais de século assombra os escritos millianos, sobre como a ética utilitarista de Mill possibilitaria conflitos entre agentes cuja as intenções não estivessem em acordo. Considerando que as impressões que temos sobre as intenções de um outro agente é objeto de observação subjetiva e nos faltariam critérios objetivos para estabelecermos quais seriam os filtros de utilidade utilizados por um agente ao interagir com demais. Porém, nosso autor não era ingênuo em relação a estes possíveis problemas e elaborou comentários sobre isso em *On Liberty*. Ao falar sobre a liberdade e a ação do indivíduo Mill admite que a sociedade possa interferir na liberdade de um agente desde que essa interferência seja intencionada a evitar que terceiros sejam prejudicados durante interação dos agentes. Como vimos no capítulo anterior, a liberdade também foi tema central de suas obras exatamente por considerar esta como uma necessidade que deve ser assegurada aos agentes, desde que nenhum dano, prejuízos ou riscos sejam causados a outros agentes. Nesta passagem, o condutor moral que vai delimitar o princípio da liberdade para John Stuart Mill é exposto da seguinte maneira:

“As regras morais que proíbem aos homens prejudicarem-se uns aos outros (e nas quais nunca devemos deixar de incluir a interferência injusta na liberdade de um outro) são mais vitais para o bem-estar humano do que quaisquer outras máximas que, por mais importantes que sejam, apenas indicam a melhor maneira de administrar determinado setor dos assuntos humanos.” (Mill, *Utilitarianism*. p. 103)

As implicações morais da postura utilitarista de Mill não é acidental. Ele estava inserido nas discussões morais e não estava alheio as vozes de seu tempo, especialmente, quando pensamos que este é um período de grandes configurações econômicas e novas estruturas sociais. Nosso autor demonstra preocupações com a liberdade dos agentes. Defendendo que a liberdade individual deve ser incentivada e assegurada, uma vez que, a consequência é uma sociedade que rumo a maior felicidade possível entre os agentes. Sua expectativa é que a liberdade seja a vida possível para uma sociedade que deseja superar a persistente desconfiança e o receio do outro através do medo. Pois, para Mill, se os indivíduos tiverem a liberdade

garantida e não forem excessivamente reprimidos pela sociedade, o único rumo desses agentes será agir com acordo em relação aos demais agentes, evitando conflitos e tiranias. Com todas as considerações, novamente, Mill se mostra consciente da possibilidade de uma ação, mesmo que justificada e não conflituosa em um primeiro momento, possa gerar prejuízos a terceiros.

A liberdade é indispensável para que as individualidades sejam incentivadas e reconhecidas no escopo social, categorizando a individualidade como única e potente em si mesma. É na autonomia da ação do agente que verificamos os desejos dos agentes, pois, para Mill, cada indivíduo é único e encontram-se na diversidade de seus exercícios. Portanto, precisamos da individualidade para agirmos e encontrarmos com os outros; para exercitamos as faculdades humanas, que como fora dito, são as responsáveis por nos direcionar a um utilitarismo que se alinha ao de nosso autor, qualificando os prazeres e reconhecendo aqueles que nos são mais almejáveis.

O utilitarismo milliano está relacionado à sua defesa da liberdade. John Stuart Mill vivenciou o caldeirão em borbulhas que eram as disputas políticas de seu tempo, os receios de sua sociedade e teve acesso aos registros dos povos que o antecederam. É nítida a preocupação de Mill com os debates econômicos e filosóficos de seu tempo. E é essa preocupação que moveu nosso autor a posicionar-se a favor da liberdade; reformular o utilitarismo na tentativa de superar os problemas apresentados pelas teorias utilitaristas da tradição; e a preocupação genuína sobre o futuro de seu tempo. *On Liberty* e *Utilitarianism* são frutos de toda essa preocupação e a tentativa, ainda memorável, de dotar os agentes de entendimento sobre si e seus desejos, evitando que os povos fossem coagidos, experimentassem tirania e alienassem de suas próprias faculdades.

BIBLIOGRAFIA

STUART MILL, John. *Utilitarismo*. Trad. Pedro Galvão. Portugal: Porto Editora, 2005.

_____. *The best of the OLL No. 48: J.S. Mill, "Utilitarianism"*. Indianapolis: Liberty Fund, 2013.

_____. *On liberty and utilitarianism*. New York: Alfred A. Knopf, INC. (Eveymen's Library), 1992.

_____. *Principles of Political Economy*. New York: Augustus M. Kelley, 1965.

HUNT, E. K. *História do pensamento econômico uma perspectiva crítica*. Trad. De José R. B. Azevedo. 5ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 1987.